

Divido o Brasil **A verdade sobre o Japão e o dever de Bresser Pereira**

Depois da "trombada" que o ministro Bresser Pereira levou em Washington na semana passada, quando sua proposta de conversão de metade da dívida privada em título de longo prazo, com deságio, foi totalmente rejeitada pelos bancos credores e pelo governo dos Estados Unidos, julgávamos que a lição fora aprendida. Esperávamos, então, que o ministro da Fazenda levasse a sério sua promessa de manter silêncio sobre a nova proposta que deverá apresentar aos credores no próximo dia 25 e também deixasse momentaneamente de lado a sua conhecida incontinência verbal, a fim de não atrapalhar as negociações.

No entanto, provocado por uma manchete infeliz da *Gazeta Mercantil*, a propósito de uma importante entrevista do ministro das Finanças do Japão, Kiichi Miyazawa, cujo resumo foi publicado pelo *Financial Times*, em Londres, o sr. Bresser Pereira apressou-se em tirar conclusões sobre "o apoio do ministro japonês" a seu plano de securitização da dívida, a ponto de mandar fazer várias cópias da matéria e mandar distribuí-las em Brasília.

Na verdade, a entrevista do ministro Miyazawa é auspiciosa, mas não pelos motivos apontados pelo nosso ministro da Fazenda, que procurou usá-la para dar uma idéia falsa da grave situação em que se encontra o relacionamento entre o Brasil e os bancos japoneses. As instituições financeiras do Japão têm cerca de US\$ 11 bilhões em empréstimos ao Brasil e precisam de uma solução para o atual impasse provocado pela moratória até o próximo dia 30.

Em vão esse problema, decorrente do fim do semestre fiscal japonês, tem sido exposto às autoridades brasileiras pelos executivos dos bancos, que até já apelaram, numa conversa considerada muito dura, para o próprio presidente José Sarney. Numa reunião definida como "áspera", o presidente do Banco de Tokyo, Tamotsu Yamaguchi, explicou ao presidente da República que se não houver um acordo até dia 30, os bancos japoneses serão obrigados a colocar os débitos brasileiros na categoria dos créditos em liquidação. É por isso que — ao contrário do que pretende insinuar o ministro Bresser — os banqueiros japoneses receberam com irritação a sua proposta de "securitização", que aliás nem é uma idéia original, pois já vem sendo debatida há anos pelos membros da comunidade financeira internacional, tão ansiosos quanto os devedores para se livrar do "abacaxi" da dívida.

Todo mundo que observa a série de tentativas frustradas de equacionar o problema desde a crise mexicana de 1982 está farto de saber que de uma forma ou de outra chegar-se-á a uma solução desse tipo, embora ainda não se saiba como ela será implementada. Basta ver, por exemplo, os vultosos prejuízos dos bancos norte-americanos com a inadimplência dos países do Terceiro Mundo, que em conjunto devem mais de US\$ 1 trilhão às instituições financeiras internacionais, para se saber o quanto os credores estão interessados em qualquer acordo, desde que seja viável. Apenas no segundo trimestre deste ano as perdas dos bancos americanos foram de US\$ 10,6 bilhões, em virtude do aumento para US\$ 21,2 bilhões das reservas destinadas a cobrir prováveis perdas nas operações com os países mais endividados como Brasil, México e Argentina. E pelo fato de ser o maior devedor e de não estar pagando juros aos bancos privados, nosso país é visto como um dos principais causadores desses enormes prejuízos.

Assim, tem toda razão o ministro das Finanças do Japão ao advertir que o problema da dívida dos países em desenvolvimento tornou-se "mais sério do que há dois anos", exigindo novas formas de abordagem. Diante dessa atitude do homem que vai chefiar a delegação japonesa na próxima reunião anual do FMI, não seria surpresa se o Japão apresentasse uma nova iniciativa para substituir ou complementar o chamado Plano Baker, considerado por demais modesto para as dimensões da crise da dívida.

Mas daí a pensar, como faz nosso ministro da Fazenda, que sua proposta de securitização está sendo aceita pelos japoneses, vai uma distância imensa. Tanto é assim que, na recente viagem que fizeram ao Japão, após o decisivo encontro do ministro Bresser Pereira com o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker III, os negociadores brasileiros — Fernão Bracher e Yoshiaki Nakano — houveram por bem apresentar uma proposta de securitização da dívida bem mais branda, isto é, sem deságio. Mas mesmo assim a reação dos banqueiros japoneses foi extremamente fria, com a maioria dos presentes abstendo-se de fazer qualquer comentário.

A essa frieza dos banqueiros privados somou-se o rigor dos dirigentes do Export-Import Bank of Japan, que condicionaram a concessão de novos créditos ao Brasil à renegociação a ser feita com os demais membros do Clube de Paris (a qual, conforme foi acertado na reunião do nosso ministro da Fazenda com o secretário do Tesouro norte-americano, somente vai acontecer depois que o País firmar um acordo com o FMI).

Em resumo, ao contrário do que pretende o sr. Bresser Pereira, nosso relacionamento com os credores japoneses vai de mal a pior, fato esse comprovado pela exigência que eles, com toda clareza, fazem de uma nova postura brasileira e de um entendimento com o FMI. Em outras palavras, as instituições financeiras do Japão já adotaram uma linha dura no tratamento da dívida brasileira, bem mais severa que a dos bancos privados dos EUA, que aceitam negociar antes de um entendimento com o FMI.

O desapontamento dos bancos japoneses é partilhado pelos investidores nipônicos, que rebaixaram o Brasil de 3º para 12º país mais interessante para aplicação de capital, conforme informou o presidente da Jetro (Organização Oficial de Comércio Exterior do Japão), Mamoru Fukuoka, e como têm comprovado todos os brasileiros que têm negócios com empresas japonesas.

Desse modo, ao vermos essa total deterioração de nossas relações com a segunda economia mais importante do mundo depois do que aconteceu no encontro com Baker, e, ao mesmo tempo, tomarmos conhecimento da "leitura" que o ministro Bresser Pereira fez da entrevista do sr. Kiichi Miyazawa, só podemos temer que nosso ministro esteja tentando, mais uma vez, iludir a opinião pública, já que não existe qualquer esperança além de uma negociação convencional no dia 25. Na realidade, nossa situação diante dos credores nunca foi tão ruim, como revela a ameaça de vários banqueiros, que pensam até em suspender o crédito de curto prazo ao País, se as autoridades de Brasília e os teóricos da molecagem econômica abrigados na Fundação Pedrosa Horta insistirem nessa brincadeira do Rato que Ruge.

Não há, portanto, qualquer razão para otimismo e muito menos espaço para a insistência em soluções "inovadoras". O sr. Bresser Pereira, que sabe muito bem qual é o estado de ânimo dos credores, sabe também que nenhum país pode tentar "dinamitar" o sistema financeiro internacional e esperar sair impune dessa tentativa.

Assim, se ainda se preocupa com a sua própria reputação de homem sério e responsável, é esse quadro que terá de expor, em toda a sua crueza, aos senadores da falecida Aliança Democrática, na próxima segunda-feira, antes de lhes falar sobre "a nova proposta" que fará aos credores. Se após uma exposição desse tipo esses senhores ainda exigirem que a "nova proposta" seja realmente "inovadora", então Bresser Pereira terá de decidir se divide com eles a responsabilidade de isolar definitivamente o Brasil do sistema financeiro internacional ou se salva a sua reputação pessoal, entregando-lhes a responsabilidade total pelo desastre.